

CARRA

Receba nossos informativos online. Cadastre seu e-mail no site www.sindsep-pe.com.br

Mala Direta Postal
Básica
9912264199/2015-DR/PE
SINDSEP/PE
CORREIOS



José Carlos fala das prioridades da **nova gestão** do **Sindsep-PE**

▶ páginas 6 e 7

Negociação coletiva e **demissão de servidor** em pauta

▶ página 8



Continua o **impasse** nas negociações dos **ACTs da Ebserh e Conab**

▶ página 11

Nova direção do Sindsep-PE toma posse e festeja Dia do Servidor

▶ página 5



Protestos em todo o país, no **Dia Nacional de Mobilização**

▶ página 12



A quadrilha que ronda Brasília

Em maio de 2016, mesmo sem nenhuma acusação de ter cometido qualquer ato ilícito e prática de corrupção, a então presidenta Dilma Rousseff (PT) foi afastada do cargo, sob a acusação de ter se utilizado das chamadas pedaladas fiscais, uma prática comum em todos governos anteriores (Sarney, Collor, FHC e Lula). Passado um ano e meio do episódio, duas denúncias com provas cabais envolvendo o presidente ilegítimo Michel Temer de ser o chefe da quadrilha criminosa que está destruindo o Brasil, nada acontece. Nas duas vezes, o Congresso Nacional, composto por muitos parlamentares chefiado pelo criminoso-mor, Michel Temer, engavetou as denúncias.

A primeira denúncia foi arquivada em agosto e, a segunda, no dia 25 de outubro. As duas denúncias são de autoria da Procuradoria-Geral da República, com base nas delações da JBS. Além de Temer, são acusados os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral). Nesta segunda denúncia, eles teriam recebido R\$ 587 milhões em propina

e atuado para atrapalhar as investigações. Ao chegar à Câmara dos Deputados, a acusação foi discutida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que aprovou relatório recomendando a não autorização da abertura de inquérito contra Temer no Supremo Tribunal Federal (STF).

Para que o processo seguisse para o STF, precisaria 342 votos, o que não aconteceu, porque apenas 233 deputados votaram contra o parecer. Outros 251 deputados optaram por salvar Temer. Para vergonha de Pernambuco, entre os que votaram pela absolvição de Temer nas duas denúncias estão deputados federais da bancada pernambucana. Na votação de outubro, os conterrâneos que salvaram a pele do presidente ilegítimo foram Augusto Coutinho (SD), Bruno Araújo (PSDB), Eduardo da Fonte (PP), Fernando Coelho Filho (PSB), Fernando Monteiro (PP), Jorge Côrte Real (PTB), Luciano Bivar (PSL), Marinaldo Rosendo (PSB), Mendonça Filho (DEM), Sebastião Oliveira (PR) e Zeca Cavalcanti (PTB).

Além de desconsiderarem um grande rol

de provas que incriminam Michel Temer e seus ministros corruptos, esses parlamentares ignoraram a opinião pública, que, em sua maioria absoluta, rejeita esse governo impostor. Todas pesquisas de opinião mostram que 97% a 98% da população brasileira reprovam o governo Temer, quase a totalidade das pessoas. Esses 2% ou 3%, além de estarem na margem de erro, são compostos pela elite econômica e pelos assessores governamentais e seus familiares, que estão tirando proveito da máquina pública, numa herança histórica do patrimonialismo.

Assim como fez com a denúncia arquivada em agosto, para se livrar da segunda denúncia Temer liberou 1,8 bilhão em emendas a parlamentares, distribuiu cargos e atendeu a pauta retrógrada da bancada ruralista na Câmara dos Deputados. Cadê aquela massa que foi para as ruas dizer que “primeiro a gente tira Dilma e depois tira o resto” e transformou suas panelas gourmet em grandes batucadas? Um silêncio ensurdecedor! Só nos resta perguntar: foi golpe ou não foi? ◀

CHARGE SAMUCA



ÚLTIMAS

Planejamento estratégico

Nos dias 7, 8 e 9 de dezembro, a direção do Sindsep-PE, vai realizar o planejamento estratégico da entidade para o ano de 2018. Será um momento para discutir desde a infraestrutura e finanças até atuação na base e nos movimentos sociais. Nos três dias de planejamento não haverá atendimento por parte da direção, mas o sindicato funciona normalmente com o apoio dos seus funcionários. “Sempre que for do interesse da base vamos publicizar nossas reuniões. Isso faz parte do nosso processo de transparência” reforça o coordenador geral do Sindsep-PE, José Carlos de Oliveira.

Antes que Suma na trincheira pela preservação do Recife

Uma comunidade virtual que surgiu para documentar a existência de imóveis com valor arquitetônico histórico vem se tornando uma importante ferramenta de combate à destruição desses imóveis e à descaracterização de cidades pernambucanas. O *Antes que Suma* (www.antesquesuma.com.br) nasceu sem muita pretensão como uma conta do Facebook, em novembro de 2014. Dois anos depois, o projeto cresceu e ganhou uma página na internet responsável por denunciar o descaso de proprietários de imóveis históricos, à desatenção do poder público e à ganância do mercado imobiliário de Pernambuco, que vem contribuindo para que a cidade seja desfigurada, enfeada e se torne um lugar cada vez mais desagradável de se habitar.

“Mas além de denunciar o abandono, a página mostra os imóveis que estão sendo mantidos em bom estado e funcionais, jogando luz sobre belezas e peculiaridades de construções de estilos diversos que testemunham o passar do tempo e se tornaram documentos da conexão do homem com a arquitetura e com a sua história”, destacou o jornalista Josué Nogueira, idealizador e responsável pelo projeto.

A razão de ser do *Antes que Suma*, que hoje já possui mais de 15 mil seguidores no Facebook, é a busca pela valorização e preservação dos imóveis do Recife e cidades do interior do Estado. “Depois que a página entrou no ar, os leitores passaram a usá-la como veículo de denúncias, debate, protestos, desabaços, lamentos e também recordação de momentos alegres. Virou tribuna para expressão de afeto à cidade”, comentou Josué.

O site ajuda a contar um pouco da história das cidades, ao expor o jeito de morar de seus habitantes e a maneira deles se relacionarem com a cidade. História que vem sendo apagada com a verticalização desenfreada promovida pelas grandes construtoras na capital, região metropolitana e municípios do interior. “A gente observa que o Recife está perdendo as suas feições e se tornando uma cidade pasteurizada, com espigões enormes, igual a outros centros urbanos que existem em diversos locais do mundo. Mas isso também atinge outras cidades. Tem bairro em



DEFENDA A SUA CIDADE

- ▶ A preservação do patrimônio arquitetônico do Recife é realizada pela Prefeitura por meio da proteção dos Imóveis Especiais de Preservação (IEP).
- ▶ Qualquer cidadão possui o direito de solicitar estudos para classificação de um imóvel como IEP. Para isso, é necessário o ingresso de um ofício/pedido de preservação do imóvel na Prefeitura com informações básicas, como endereço completo. O documento pode ser entregue no protocolo geral ou diretamente na Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC).
- ▶ Pode-se também protocolar um pedido de tombamento, tanto na Fundarpe como no Iphan.
- ▶ As denúncias contra abandono, depredação ou destruição de um imóvel da capital pernambucana devem ser feitas por e-mail, telefone ou pessoalmente na DPPC. O e-mail da DPPC é o dppcrecife@gmail.com. Os telefones: (81) 3355.6290 e 3355.6291 e o endereço é o Pátio de São Pedro, casa 25, Santo Antônio. Eles atendem ao público nas terças e quintas das 9h às 13h.
- ▶ No Recife e nas demais cidades do interior, as denúncias podem ser apresentadas também à Promotoria do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico (Ministério Público), Fundarpe e Iphan. O ideal é explicitar a relevância histórico-cultural do imóvel e, se possível, um estudo nesse sentido. A DPPC faz esses estudos.

Caruaru, por exemplo, que está no mesmo caminho”, observou o jornalista.

Além de desvirtuar, pasteurizar e enfeitar a cidade, a substituição do patrimônio arquitetônico por grandes torres de edifícios provoca diversos outros problemas. Com a derrubada de casas que possuíam um ou dois carros e a construção de prédios com dezenas de moradores e seus veículos, o trânsito de algumas cidades pernambucanas começa a ficar impraticável. As cidades também se tornam mais quente, uma vez que as casas costumam ter jardins e árvores, ao contrário dos prédios, que também contribuem para impedir a circulação do ar.

O esgotamento sanitário é outro problema, devido ao aumento de moradores e uma quantidade maior de dejetos. “É por isso que o Recife está repleto de esgotos estourados”, lembrou Josué. Os grandes muros que circundam os prédios também contribuem para o aumento da insegurança nas ruas, uma vez que diminui o convívio entre vizinhos. ◀

ATENÇÃO



“Amor à natureza”

EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco
Rua João Fernandes Vieira, 67 – Boa Vista
CEP 50.050-200 Recife – PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839
Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenação Geral
José Carlos Oliveira
Secretaria Geral
José Felipe Pereira
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Fernando Lima
Jemuel Nunes e
Ramilson Matos

Jornalista Responsável e Edição
Fabiola Mendonça (DRT-2506)
Texto
Fabiola Mendonça,
Deyse Lemos (DRT 3909),
Alexandre Yuri (DRT 2942)
Revisão Mª de Lourdes
Souto Maior Araujo

Fotos Arquivo SINDSEP-PE e Divulgação
Ilustrações Samuca
Projeto gráfico, capa e diagramação
Karla Tenório (DRT-2468)
Impressão CCS
Fone: 3458.0000
Tiragem 12.000 exemplares

Precisamos enfrentar o trabalho infantil!

Um estudo publicado pelo jornal Correio Brasiliense, em junho deste ano, revela que o Brasil perde, todos meses, duas crianças, em consequência de acidentes de trabalho. Os dados são do Sistema Nacional por Agravos de Notificações (Sinan), do Ministério da Saúde e revelam uma triste realidade enfrentada por 2,7 milhões de crianças e adolescentes com idades entre cinco e 17 anos, segundo dados divulgados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE).

De acordo com o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco, 123 mil crianças e adolescentes pernambucanos estão perdendo a infância e tendo sua força de trabalho abusada em atividades degradantes. A entidade aponta que, mesmo quando o Brasil comemorava, em 2015, uma relativa queda no contingente da população infanto-juvenil explorada em atividades laborais (quando 659 mil foram afastadas do trabalho, uma redução percentual de 19,8%), Pernambuco amargava, entre 2014 e 2015, um acréscimo de 12,8% no número de meninos e meninas trabalhando.

A falta de vagas nas creches, a má qualidade do ensino e a dificuldade de conter a evasão escolar contribuem com a elevação dos índices de meninos e meninas no trabalho doméstico, nos campos e nas ruas, onde correm sérios riscos de se envolverem com o tráfico de drogas e a exploração sexual. A ausência de políticas públicas colabora para que tenhamos, novamente, o Brasil como um dos países onde o fenômeno persiste e ataca os direitos humanos de crianças e adolescentes.

Além da fragilidade do Estado em combater a entrada de meninos e meninas no mundo do trabalho, ainda há a percepção, por parte de uma parcela da sociedade, de que “é melhor a criança trabalhar do que ficar na rua”. No entanto, tal afirmação alimenta o viés de classe, uma vez que o trabalho é “socialmente estimulado” para meninos e meninas oriundos de famílias de baixa renda, que não conseguem garantir sua sobrevivência sem envolver os filhos em atividades laborais.

Para se ter uma ideia do tamanho do problema, o Ministério da Saúde aponta que, só no Estado de São Paulo, foram 12.163 casos de acidente de trabalho infantil na última década. Já na região metropolitana do Recife, os principais focos do trabalho infantil estão localizados no comércio ambulante, nas feiras livres, nas borracharias, nos lava-jatos e pequenos estabelecimentos. Na linha de frente, encontramos meninos e meninas pobres, em sua maioria negros/as, que estão correndo sérios riscos de se envolverem em acidentes de trabalho e não poderem mais exercer nenhuma atividade remunerada quando alcançarem a idade produtiva.

Tal situação nos leva a exigir o cumprimento, pelo Estado brasileiro, do caput do art. 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Lugar de criança e de adolescente é na escola, e na vivência em espaços de lazer, de socialização familiar e comunitária. Nesse sentido, a existência de altos índices da população infanto-juvenil em situação de trabalho infantil emerge como uma das marcas da ineficiência do Estado em garantir a sua dignidade. ◀◀



RJU Seminário discutiu regime próprio de aposentadoria

Condsef realiza seminário sobre Previdência

Com o risco eminente de uma nova reforma da Previdência (PEC 287/16), a Condsef/Fenadsef resolveu, em parceria com o Dieese, promover um curso de extensão para falar sobre a Proposta de Emenda Constitucional e também sobre os regimes próprios, como o Regime Jurídico Único (RJU). O evento aconteceu nos dias 7 e 8 de novembro, no Hotel Nacional, em Brasília, e reuniu servidores de vários estados.

Durante os dois dias de evento, os servidores puderam se apropriar dos princípios teóricos e legislativos que norteiam os regimes próprios. Foi feito um resgate histórico de todos os regimes relacionados ao funcionalismo federal e um comparativo sobre os avanços alcançados com o RJU. “Todos avanços conquistados por nós com muita luta podem estar com os dias contados com essa PEC (287/16) do governo”, alertou o coordenador geral do Sindsep-PE, José Carlos de Oliveira. Ele fez questão de frisar que a proposta se trata de uma contra-reforma: “Quando a gente reforma, a gente melhora. Se vai piorar é contra-reforma”.

A partir das regras atuais, foram detalhados os possíveis prejuízos dessa reforma. Tal qual tramita no Congresso, a PEC vai aumentar o tempo de serviço para se aposentar e alterar também a alíquota da cobrança previdenciária dos ativos e talvez dos próprios aposentados. A proposta de Temer deve mexer com todos os trabalhadores, principalmente as mulheres. “O texto não considera as especificidades do gênero”, frisa José Carlos Oliveira.

O curso Regime Próprio de Previdência Social e a Reforma da Previdência foi ministrado por Luciano Fázio, especialista em Previdência Social, Gestão de Previdência Complementar e Estudos Socioeconômicos. Ele falou sobre a sustentabilidade da Previdência, tanto dos regimes próprios quanto dos regimes gerais, e criticou também a falácia de déficit previdenciário.

CPI

Sem grandes alardes por parte da mídia, foi divulgado, no dia 23 de outubro, o relatório da CPI da Previdência, instalada no Senado, em abril deste ano, para investigar as contas da Seguridade Social brasileira em decorrência da tramitação da reforma da Previdência. O resultado só veio reforçar a tese do movimento sindical de que não há déficit. O que existe é muita fraude e descumprimento da lei. ◀◀

Festa para dar início a um novo ciclo e homenagear o servidor



Para homenagear o Dia do Servidor e ao mesmo tempo comemorar a posse da nova diretoria (triênio 2017/2020), o Sindsep-PE reuniu a base no dia 11 de novembro. A festa aconteceu na casa de recepções Akropolis Caxangá, com presença expressiva de filiados, políticos e sindicalistas, tanto do Estado quanto de outras regiões do país. Tudo foi registrado através de fotos e vídeos, disponíveis no site do sindicato e nas redes sociais, como o Facebook (Sindsep-PE) e o Instagram (sindsep-pe). Acesse, curta e compartilhe.

A solenidade contou com a participação de grande parcela de associados, além dos sindicatos dos bancários, dos trabalhadores em educação do Estado, os trabalhadores em processamento de dados, os químicos, urbanitários, metalúrgicos e servidores municipais do Recife, sem falar do Dieese e dos servidores federais no estado do Ceará, Piauí e Brasília.

A Orquestra Montreal subiu ao palco por volta das 21h30. O repertório teve início com clássicos de baile, como *Sonhar contigo* e *Be-same Mucho*, que levou muita gente ao salão para dançar. Após esse primeiro momento foi dado início à cerimônia de posse da nova direção, uma oportunidade, inclusive, de apresen-

tar os novos diretores à base. Após a solenidade foi feito um momento político. Subiu ao palco representações da CUT, da Condsef/Fenadsef, a deputada estadual Tereza Leitão (PT), e o coordenador geral do Sindsep-PE, José Carlos de Oliveira, e o secretário geral, José Felipe Pereira.

Nos discursos foi bastante ressaltado o cenário de desafios a ser enfrentado pela nova diretoria. “PDV (plano de demissão voluntária), fechamento de órgãos, reestruturação, privatizações e desmonte do SUS e da Educação”, frisou o presidente da CUT-PE, Carlos Veras, sobre os ataques do governo golpista de Michel Temer ao serviço público. “É a entrega do patrimônio. A posição ideológica desse golpe é fundamentalista e os sindicatos têm a responsabilidade de combater tudo isso”, destacou a deputada Tereza Leitão.

Ainda na linha de um cenário desafiador, o secretário de Finanças da CUT Nacional, Aparecido Donizeti, foi mais além. Ele falou da necessidade da reestruturação sindical e a importância que a categoria tem de eleger seus representantes para o Congresso. O secretário geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo, reforçou essa tese e lembrou: “Os ladrões dos nossos direitos não vão prosperar”, se referindo a boa parte do atual Congresso que está aliada ao governo golpista e ajudou a aprovar retrocessos, como a reforma trabalhista.

Por último foi a vez do secretário geral e do coordenador geral do Sindsep-PE deixarem suas mensagens. José Felipe Pereira foi enfático: “Temos muito pouco a falar e muito a lutar”. José Carlos de Oliveira reforçou que a festa, muito mais do que a posse, era um momento do servidor. “É para prestigiar essa categoria tão massacrada, inclusive pela mídia. Mas se eles (conversadores) têm os veículos de comunicação, nós temos o povo nas ruas e a nossa vitória depende da mobilização, da capacidade de dizer não a essa agenda retrógrada”, salientou o coordenador geral.

Após esse momento político, a Orquestra Montreal subiu ao palco novamente. Dessa vez com muito forró, sertanejo e frevo, num repertório variado para agradar a todos. Como programado, a festa foi encerrada depois das 2h da madrugada, sem nenhuma intercorrência e num clima de muita celebração. ◀◀

DESDE O ÚLTIMO DIA 28 DE OUTUBRO O SINDSEP-PE CONTA COM UM NOVO COORDENADOR GERAL. ELEITO PARA FICAR À FRENTE DA ENTIDADE NO PRÓXIMO TRIÊNIO (2017/2020), JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA TEM PERFIL AGREGADOR E PRETENDE GERIR O SINDICATO EM CONSONÂNCIA COM OS DEMAIS DIRETORES E EM SINTONIA DIRETA COM A SUA BASE, OUVINDO AS DEMANDAS, DEBATENDO AS PRIORIDADES E TOMANDO AS DECISÕES EM CONJUNTO. COMO AÇÃO PRIORITÁRIA DA NOVA GESTÃO, O COORDENADOR GERAL PRETENDE RETOMAR O CONTATO COM A BASE E TRABALHAR PARA ATRAIR, PARA A LUTA SINDICAL, OS SERVIDORES QUE INGRESSARAM NOS ÚLTIMOS ANOS NO SERVIÇO PÚBLICO. NESSA ENTREVISTA, JOSÉ CARLOS FALA SOBRE O SALDO DAS ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DO SINDSEP-PE, OS RUMOS DA LUTA SINDICAL EM UM PAÍS FERIDO PELO GOLPE E SOBRE O PERFIL DE SUA GESTÃO, APESAR DO CENÁRIO, ELE DEMONSTRA OTIMISMO E ENXERGA A POSSIBILIDADE DE MUDANÇAS E DIAS MELHORES.

“Faremos uma gestão compartilhada com a base, democrática e transparente”

GARRA – Qual o saldo da eleição do Sindsep-PE?

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA – A disputa foi salutar para a entidade. As duas chapas colocaram as suas propostas e suas visões distintas em se tratando do processo de luta sindical e a melhor proposta foi vitoriosa. Levando em consideração a conjuntura nacional tão difícil pela qual estamos passando, onde as pessoas estão sendo estimuladas pelos grandes meios de comunicação a não acreditarem em seus representantes e a não votarem em ninguém, tivemos uma ótima resposta de nossos filiados. A eleição fez com que muita gente que não estava mais participando das atividades sindicais se engajasse na disputa. Acabou por mobilizar a categoria porque durante a campanha houve diversos momentos em que discutimos o nosso país, o desmonte do serviço público e a necessidade de mudarmos os rumos da nossa luta. Foram encontros diretos que, a partir de agora, vão se transformar em uma rotina nessa gestão. Precisamos repensar a nossa prática sindical, nos reinventarmos para tornar possível o enfrentamento da atual conjuntura brasileira, que está corroendo a classe trabalhadora com uma política que reduz o papel do Estado, com o objetivo de promover a transferência de recursos do setor público para o privado.

GARRA – Qual será o perfil da sua gestão?

JOSÉ CARLOS – Faremos uma gestão compartilhada com a base, democrática e transparente. Passaremos a discutir mais abertamente e mais sistematicamente todos os problemas que afetam, diretamente e indiretamente, os trabalhadores e trabalhadoras do setor público. Sou uma pessoa que gosta de ouvir. Tenho uma visão clara do funcionamento de todos os órgãos públicos federais, seja um órgão militar, uma autarquia, uma fundação ou um órgão da administração direta. Mas o conhecimento mais aprofundado das especificidades de cada local de trabalho é uma propriedade de seus servidores. Então precisamos manter um contato sistemático com todos os trabalhadores e trabalhadoras dos mais diversos órgãos. Temos que ouvir ao máximo as pessoas e dar a possibilidade às secretarias do sindicato de poder atuar no sentido de construir as alternativas de ação junto à base, apresentá-las e debatê-las democraticamente com todos. Se a base estiver conosco, se conseguirmos unidade de pensamento, iremos conseguir unidade de ação. Ação que se faz cada vez mais necessária porque o sistema está preparado para destruir o setor público para beneficiar o setor privado. Mas acredito que, com essa mobilização, seremos capazes de reverter todo esse processo e construiremos uma sociedade mais justa para todos os trabalhadores e trabalhadoras.

GARRA – Quais serão as prioridades da sua gestão?

JOSÉ CARLOS – As prioridades da nossa gestão estavam em nossa plataforma de campanha. Vamos debater, com todos os ramos da organização dos trabalhadores, a importância dos serviços públicos para toda sociedade brasileira, bem como estabelecer com eles um processo de interação e esclarecimento do projeto de país que defendemos, que passa necessariamente pela obrigação do Estado prestar à população um serviço público gratuito e de qualidade. Iremos instalar um Conselho Consultivo composto por filiados, convidados e representantes de diferentes áreas de conhecimento da sociedade para debatermos nossas ações; convocar uma plenária estatutária para revisão e atualização do estatuto do sindicato, que data de 2001; ouvir a base para definir ações que solucionem as demandas de cada setor; e realizar um diagnóstico administrativo e financeiro do Sindsep que, de forma transparente, informe aos associados a real situação do Sindsep. Também iremos elaborar um planejamento orçamentário e financeiro; promover a reestruturação das formas e instrumentos de comunicação; e realizar a reestruturação física e funcional dos espaços do sindicato. Faremos uma campanha de filiação e refiliação da base, eleição dos representantes sindicais de base e recomposição do Conselho Deliberativo. Iremos trabalhar no sentido de fortalecer o Núcleo de Aposentados e Pensionistas; recompor e ampliar coletivos, tais como, gênero e etnia; e promover uma agenda cultural para o lazer e a promoção de talentos: saraus, apresentação de músicas, produção literária, trabalhos artísticos, coral, entre outros. Apoiaremos os movimentos indígena, negro, quilombola,



por transporte, mobilidade, moradia e meio ambiente. Iremos eleger democraticamente representações do Sindsep/PE em conselhos e demais fóruns, que garantam o posicionamento político do sindicato. Também vamos garantir assessoria jurídica nas áreas trabalhista, previdenciária, administrativa e constitucional, além da assessoria para declaração de Imposto de Renda.

GARRA – Quais as principais pautas dos servidores públicos federais hoje e como o Sindsep-PE atuará diante delas?

JOSÉ CARLOS – Inicialmente, temos que lutar para garantir o processo formal de negociação. Recentemente foi aprovado um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados que regulamentava o processo de negociação coletiva no serviço público. Ele deveria ter seguido para sanção presidencial, mas fizeram uma articulação e o projeto voltou à Câmara. No entanto, estamos focados nessa tramitação e iremos lutar para torná-lo lei. Em 2016 foi aprovada a PEC-55, que se transformou na Emenda Constitucional 95 que congelará os gastos públicos por um período de 20 anos. É preciso construir um processo unificado de mobilização que derrube essa Emenda. Importante destacar que o governo está usando a Emenda como desculpa para barrar qualquer tipo de negociação, mesmo as que estão pré-estabelecidas. Além disso, precisamos lutar contra o desmonte do Estado. A pauta dos trabalhadores passa pela luta para garantir a manutenção dos investimentos no serviço público para que possamos cumprir o nosso papel constitucional de prestar serviço de qualidade à sociedade. Precisamos também lutar contra a demissão de servidores, pois o governo está lançando mão de todo tipo de subterfúgio para reduzir o papel do Estado. Para isso, já lançou um Programa de Demissão Voluntária (PDV) e licença sem remuneração e conseguiu articular a aprovação de um projeto que libera a demissão do servidor público. Com a redução do papel do Estado quem mais vai sofrer é a parcela da população mais carente de recursos financeiros, ou seja, a grande maioria dos brasileiros. Iremos ainda lutar pelo fortalecimento do movimento sindical, combatendo as iniciativas anti-sindicais em curso.

GARRA – No atual cenário político pelo qual o país passa, qual deve ser o papel de cada servidor público?

JOSÉ CARLOS – Antes de qualquer coisa, o servidor público precisa ir de encontro aqueles que querem nos difamar com o objetivo de beneficiar a iniciativa privada. Existe uma massificação, na mídia, de que no serviço público não tem nada que preste. Os maiores pensadores estão em cargos públicos, produzindo as maiores descobertas e teses. Não é verdade que o corpo funcional do serviço público seja desqualificado. Mas é isso que é propagado por nossas redes de televisão e jornais. Ao mesmo tempo, os meios de comunicação denunciam ações corruptas em órgãos públicos como se aquilo fosse uma norma e, com isso, acabam criando uma desconfiança junto à população. A ideia é fazer com que o brasileiro desacredite das empresas públicas e dos servidores. Com isso, eles conseguem passar a mentira de que o setor público é desnecessário e que o melhor seria privatizar tudo. Temos que lutar contra isso. Precisamos entender que o nosso trabalho propicia a melhoria da condição de vida de grande parte da população. Precisamos propagar aos quatro cantos que as nossas funções são nobres e precisam ser respeitadas, para que sejamos valorizados. O servidor também tem como papel fundamental defender um serviço público, gratuito e de qualidade, com investimento por parte da União, estados e municípios, para que possamos atender de forma universal toda população. Importante também que o servidor retome a luta sindical. Os trabalhadores brasileiros continuam muito passivos diante de tudo o que está acontecendo. Estou mais uma vez aqui conclamando os servidores para se unirem. Todos precisam atender ao chamamento de suas entidades de classe porque estamos precisando construir, urgentemente, uma grande mobilização em torno de uma greve geral para enfrentar esse processo tão agressivo e desfavorável a nós. A intenção é reduzir o Estado, demitir trabalhadores e retirar direitos individuais e coletivos da população. Temos que reagir antes que esse fantasma entre em nossa casa. Isso porque ele já está batendo em nossa porta.

GARRA – E a importância de sindicatos fortes em um momento como esse?

JOSÉ CARLOS – Um embate como estamos tendo no Brasil atual, com as classes dominantes tentando massacrar a classe trabalhadora, não é fácil. E as entidades sindicais podem unir os trabalhadores em torno de uma pauta de mobilização. São as entidades que convocam os trabalhadores e custeiam as mobilizações; fazem a ponte entre o trabalhador, o governo e os parlamentares durante as negociações. Elas que representam a categoria e assumem a responsabilidade de um movimento paredista diante, inclusive, da Justiça do Trabalho. Então, é necessário que as pessoas tenham esse entendimento e fortaleçam suas entidades para que possamos, dentro de um futuro próximo, estar comemorando novas vitórias e conquistas, que é o que sempre iremos perseguir. ◀

Congresso discute **negociação coletiva** e demissão de servidor

Os servidores públicos entraram na pauta do Congresso Nacional. Das várias proposições que tramitam na Câmara e Senado, duas delas merecem uma atenção especial, por mexerem diretamente com a vida do funcionalismo: o Projeto de Lei (PL) 3831/15 e o Projeto de Lei do Senado (PLS) 116/17. O primeiro estabelece a negociação coletiva no setor público, enquanto o segundo prevê demissão por insuficiência de desempenho, levando em consideração critérios de avaliação subjetivos, unilaterais e descendentes, um ambiente propício ao assédio moral.

O PL 3831/15, prestes a seguir à sanção presidencial, recebeu recurso do deputado Alberto Fraga (DEM-DF) e voltou ao plenário da Câmara, que vai analisar a solicitação do parlamentar. O democrata questionou o caráter conclusivo da matéria, que foi analisada e aprovada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) e de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP). Com o recurso, o PL 3831 foi encaminhado ao plenário da Câmara e não tem previsão de ser colocado em pauta.

O secretário geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo, contesta o recurso do deputado Alberto Fraga. “Isso é um retrocesso. O projeto é de 2015, mas a discussão é antiga. Um acúmulo de anos”, critica o sindicalista. No dia 25 de outubro, representantes da Condsef se reuniram com assessores do senador Antônio Anastasia (PSDB-NG), autor do projeto. A Assessoria do tucano assegurou que o PL é uma prioridade do senador e que ele iria contactar aliados na Câmara dos Deputados para derrubar o recurso de Alberto Fraga.



“Não vamos dar sossego aos parlamentares e vamos insistir nas comissões”

SÉRGIO RONALDO

A última aprovação foi no dia 26 de setembro. Antes de seguir à sanção foi aberto o prazo para recebimento de recurso, encerrado no dia 17 de outubro. No mesmo dia, a matéria voltou à CTASP, que rejeitou o recurso do democrata, orientando que a matéria seguisse direto à sanção. Agora, os servidores aguardam a apreciação do plenário.

A negociação coletiva no setor público está prevista na Constituição de 1988, mas depende de lei complementar para ser instalada. Esse PL 3831 vem justamente preencher essa lacuna. O projeto atende também a Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), da qual o Brasil é signatário desde 2010.

DEMISSÃO POR INSUFICIÊNCIA

No dia 4 de outubro, o PLS 116/17, que prevê demissão do funcionalismo público, foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania do Senado e seguiu para análise da Comissão Assuntos Sociais (CAS). O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasef), do qual a Condsef/Fenadsef participa, está concentrando esforços, fazendo um verdadeiro trabalho de pressão para barrar a matéria.

Uma das estratégias utilizadas pelas entidades é apontar os vícios de origem do projeto, já que matéria dessa natureza não pode ser de autoria do Congresso, apenas do Executivo. “Não vamos dar sossego aos parlamentares e vamos insistir nas comissões”, dispara o secretário geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo. Além da CAS, o projeto será apreciado por outras duas comissões.

O PLS 116/17 propõe avaliações de desempenho semestrais feitas pelo chefe para o seu subordinado. De acordo com a matéria, o servidor seria avaliado por dois fatores fixos, como qualidade e produtividade, e cinco variáveis, que podem ser relacionamento profissional; inovação; capacidade de iniciativa; solução de problemas; e compartilhamento de conhecimento. ◀◀

Plano de **carreira** da AGU, proposto pelo governo, **não é bom**



O fato de o governo federal enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei (PL) para criar Plano Especial de Cargos de Apoio da Advocacia Geral da União (AGU) poderia ser motivo para comemorar. Mas não é. Em janeiro deste ano, o PL 6788/17 chegou à Câmara dos Deputados apresentando várias inconsistências que causam prejuízos às rotinas processuais, administrativas e funcionais dos servidores do órgão.

A matéria já passou pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e aguarda apreciação das comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça (CCJ). A diretora de Formação do Sindsep-PE e servidora da AGU, Elna Melo, explica que o projeto não considera o universo dos cargos existentes no quadro da Advocacia

e não contempla os servidores requisitados pela AGU que se encontram em estruturas correlatas ao PCC e ao PGPE. Como exemplo, ela citou a gratificação produtivista GDAA. Na nova carreira, o benefício continuaria, mas se sabe para quem.

O PL discrimina os trabalhadores que não optarem pelo PEC AGU porque não garante a esses trabalhadores a permanência em suas matrizes remuneratórias de origem. Segundo Elna, o projeto também confunde a percepção das gratificações produtivistas GDAA e GDAGU. “Mantém as duas (gratificações) dentro da mesma estrutura, e pior, permitindo a possibilidade de distanciamento entre as duas”, explica a sindicalista.

Ainda sobre a gratificação, a matéria apre-

senta uma contradição que pode prejudicar e muito os servidores. O PL insiste na incorporação do benefício para fins de aposentadoria pela média dos valores e não pela média dos pontos. Acontece que os valores tendem a sofrer uma defasagem maior e se não tiver nenhum mecanismo de reajuste podem chegar ao ponto de sumir dos contracheques. Por fim, o projeto também isola os cargos de engenheiro, arquiteto, economista, estatístico e geólogo, optantes da Lei 12.277/10 (carreiras transversais).

“O projeto cria um arremedo de estrutura porque não atende a categoria como um todo. Além disso, não organiza as atribuições do órgão, aprofundando ainda mais questões pré-existentes e negativas”, dispara Elna Melo. ◀◀

Congresso discute **retrocesso** no mundo

A Condsef/Fenadsef denunciou o desmonte do serviço público brasileiro no 30º Congresso da Internacional do Serviço Público realizado em Genebra, na Suíça, de 31 de outubro a 3 de novembro. A delegação da entidade expôs a realidade do país, citando todos os retrocessos vividos até agora, dentre eles a EC 95/16 (lei do teto de gastos) e por último a MP 805/17, publicada no dia 30 de outubro, que adia o reajuste de algumas carreiras da União e eleva a alíquota de contribuição de 11% para 14% para quem ganha acima do teto da Previdência.

O diretor da Condsef, Jurandir Liberal, participou do evento. Para ele, neste momento conservador, os sindicatos estão sendo atacados por serem interlocutores da classe trabalhadora. “Foi extremamente importante esse congresso para reforçar a unidade dos servidores na defesa dos direitos humanos funda-



ISP Delegação da Condsef denunciou desmonte do Estado brasileiro

mentais. No Brasil, enquanto categoria, estamos enfrentando um governo golpista que implementa medidas que congelam os investimentos nas áreas fundamentais, que retira o direito dos trabalhadores e quer fazer uma reforma previdenciária com prejuízo para a

classe trabalhadora”, reforça o sindicalista.

No final do congresso foi aprovada uma plataforma de luta da Internacional do Serviço Público (ISP) para os próximos cinco anos. O documento foi construído sobre sete eixos, que contemplam os seguintes aspectos: a organização da ISP; o mundo que queremos; respeito e dignidade para todos; economia justa; direitos sindicais e trabalhistas; luta contra as privatizações; e fortalecimento do setor público.

O congresso marcou também os 110 anos da Internacional do Serviço Público e aconteceu no mesmo local de fundação da ISP. Como tem ocorrido nos últimos congressos, a Internacional está homenageando o país anfitrião, a Suíça. Como a entidade é contemporânea ao *Movimento Dadá* e ao *Construtivismo*, as peças gráficas se remetem aos dois movimentos de vanguarda artística. ◀◀

VEJA COMO FUNCIONARIA O PLS 116

Conceitos avaliados do projeto:

- ▶ **Superação (“S”)** - Quando a média ponderada das notas atribuídas aos fatores avaliativos é igual ou superior a 80%
- ▶ **Atendimento (“A”)** - Quando a média ponderada igual ou superior a 50% e inferior a 80%
- ▶ **Atendimento parcial (“P”)** - Quando a média igual ou superior a 30% e inferior a 50%
- ▶ **Não atendimento (“N”)** - Quando a média for inferior 30%

A demissão aconteceria se:

- 1) O servidor receber quatro conceitos sucessivos “N”
- 2) O servidor receber cinco conceitos interpolados “N” ou “P” nas últimas dez avaliações

OBS: Essa avaliação não substituiria a avaliação para fins de estágio probatório

RH do Ministério da Saúde continua sem sede

O Núcleo Estadual do Ministério da Saúde (NEMS-PE) deu até o início de novembro para realocar o setor de Recursos Humanos do órgão para um imóvel no bairro de Boa Viagem. O prazo foi expirado e o local que deve abrigar o setor continua em obras, sem data para terminar. A direção do Sindsep-PE já entrou em contato com a instituição para cobrar providências, mas não obteve resposta. Cerca de 300 solicitações de aposentadoria, abono de permanência e perícia médica encontra-se parada por conta disso.

Márcio Severino, cedido ao Estado e lotado na Il Geres de Limoeiro, é uma dessas pessoas prejudicadas. Com 38 anos de serviço público, deu entrada no pedido de aposentadoria no dia 30 de março. Já se passaram sete meses e até agora nada. “Estamos à mercê do Ministério da Saúde. Será que vamos morrer sem nos aposentar?”, questiona o servidor.

Para somar forças, o Sindsep-PE acionou a Condsef/Fenadsef, que vai agora cobrar uma solução para esse problema em Brasília. O Recursos Humanos do NEMS-PE funcionava no prédio da Sudene, no Engenho do Meio. Em julho passado, o local foi fechado para reformas, sem data para começar e por isso o setor precisou ser transferido para outro local.

De acordo com o diretor do Sindsep-PE e servidor do Ministério da Saúde, José Felipe Pereira, enquanto a nova sede não fica pronta, parte dos servidores do setor de Recursos Humanos do NEMS-PE está trabalhando em casa e outra parte está no prédio da Funasa, na avenida Rosa e Silva, atendendo apenas demandas emergenciais, como homologação de folha de pagamento, férias, plano de saúde e senha do Sicad. “Se existe algum culpado é o governo, que não dá estrutura para os trabalhadores do RH. Infelizmente isso já era algo previsto e o sindicato já tinha alertado”, conta o diretor.

Há alguns meses,

ciente do fechamento do prédio da Sudene, a direção do Sindsep-PE enviou um ofício ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde. No documento, o sindicato alertou que a mudança poderia provocar acúmulo de serviço e prejudicar tantos os trabalhadores dos Recursos Humanos quanto aqueles que fariam as solicitações. Sem obter resposta, pouco mais de um mês depois, um novo ofício foi enviado

“Se existe algum culpado é o governo, que não dá estrutura para os trabalhadores do RH”

FELIPE PEREIRA



e mais uma vez o NEMS não respondeu.

MEMORANDO 34

E a demanda do RH Pernambuco só tende a aumentar. A partir do dia 15 de novembro, os setores de Recursos Humanos do órgão nos estados vão estar preparados para receber as solicitações de conversão de tempo comum em especial, de acordo com o Memorando nº 34. Em algumas situações será necessário o laudo de insalubridade, que a Condsef/Fenadsef conseguiu de forma coletiva. O Sindsep-PE já está de posse do documento.

Essa conversão de que trata o parágrafo acima se refere ao tempo em que a categoria estava regida pela Convenção das Leis do Trabalho (CLT). Agora, é necessário converter o tempo comum em especial a partir de 1990, ou seja, após o Regime Jurídico Único (RJU). Os servidores têm pressa em conseguir a aposentadoria especial, pois temem uma possível nova reforma da Previdência.

É bom salientar que se se converter o tempo comum em especial, após 1990, a aposentadoria especial será calculada pelo mesmo método do INSS. Nesse caso, o servidor perde o vínculo com a carreira de origem.

Em reunião no dia 19 de outubro com o Ministério da Saúde, a Condsef/Fenadsef cobrou mudança no artigo da Lei nº 11.784 para que, em vez de a Gacen ser devida a todos que exercem atividade permanente de controle de endemias, ser devido a todos que trabalham com controle de endemias ou na vigilância em saúde.

Outra mudança na legislação seria em relação ao reajuste da gratificação. Hoje, a lei diz que o reajuste da Gacen deve acontecer sempre que houver reajuste geral. O termo “geral” é muito relativo. Aumentos dessa natureza não acontecem há anos. A Condsef/Fenadsef quer que a legislação assegure reajuste anual. <<



PREPARAÇÃO Antes da reunião no TST empregados se reúnem na Fenadsef

ACT da Ebserh pode ir a dissídio

Até o fechamento desta edição permanecia o impasse nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2017/2018 dos empregados da Ebserh. Em reunião no Tribunal Superior do Trabalho (TST), no dia 31 de outubro, o juiz auxiliar Rogério Neiva Pinheiro informou à comissão de trabalhadores e à Condsef/Fenadsef que a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento só sinalizou a possibilidade de atender parcialmente as cláusulas sociais e levar as econômicas ao dissídio.

Durante a reunião no TST, a comissão de empregados e a Condsef/Fenadsef comunicaram que não aceitariam perdas, como já tinha sido discutido em reunião preparatória realizada na federação, antes do encontro na Justiça. O juiz auxiliar Rogério Neiva Pinheiro se comprometeu em sentar com a direção da Ebserh para passar a posição da Sest e dos trabalhadores. “Nosso ACT está bem “enxuto”. Temos apenas 11 cláusulas sociais. No acordo anterior tivemos 33. Então não cabe mais nenhum tipo de redução”, enfatizou a diretora do Sindsep-PE, Gislaíne Fernandes, que participa da comissão de negociação.

Em encontro nacional dos trabalhadores em empresas públicas, realizado pela Condsef/Fenadsef, no dia 26 de outubro, os empregados da Ebserh apontaram indicativo de greve para 21 de novembro, caso não houvesse avanço nas negociações. Até o fechamento desta edição, essa paralisação não tinha acontecido.

A data base dos empregados da Ebserh é 1º de março. A proposta de ACT 2017/2018 dos trabalhadores foi apresentada ao governo

desde dezembro passado. Desde o início a empresa insistiu no reajuste zero e a categoria não aceitou. Sem continuidade nas negociações, a Condsef/Fenadsef solicitou intermédio da Justiça, que só entrou no processo negocial quanto o setor deflagrou greve no dia 19 de setembro. Desde então o ACT está sendo negociado com o intermédio do TST. Dentre os itens econômicos os trabalhadores querem garantir, a inflação do período, medida pelo Índice de IPCA.

CONAB

Os empregados da Conab estão em uma situação diferente, mas tão difícil quanto a dos empregados da Ebserh. Nesse caso, a companhia não reconhece a representatividade da Condsef/Fenadsef, embora a entidade, que já tinha a legitimação da base, tenha conseguido na Justiça o direito de negociar o acordo. No final de novembro estava prevista a reunião na Justiça do Trabalho justamente para comunicar oficialmente essa decisão judicial.

No encontro nacional dos trabalhadores em empresas públicas, os empregados da Conab ventilaram também a possibilidade de paralisar as atividades por tempo indeterminado, ainda sem indicativo de data. Essa decisão de paralisar ou não depende do resultado da audiência na Justiça.

O setor está com a data base vencida desde 1º de setembro. Desde junho a Fenadsef enviou a pauta de reivindicações do ACT 2017/2018 à direção da Conab. O documento foi construído pelos próprios trabalhadores de todos estados e organizados em plenária nacional do setor promovida pela Fenadsef. <<

Servidor perde um mês de salário com Temer

O governo golpista de Michel Temer (PMDB) e de seus aliados volta a apontar a sua mira para o servidor público. No final do último mês de outubro, o presidente decidiu assinar duas medidas provisórias, que estão sendo chamadas pelos grandes meios de comunicação de medidas de ajuste fiscal para disfarçar o ataque aos trabalhadores.

Uma das medidas adia por um ano o pagamento de parcelas de reajustes salariais, previsto para o início de 2018, para 25 carreiras do serviço público federal. A outra medida eleva a contribuição previdenciária dos servidores, de 11% para 14%, sobre a parcela do salário que exceder R\$ 5.531,31 (teto que é pago pelo INSS). A suspensão dos aumentos tem efeito imediato, enquanto o desconto para a Previdência começará a valer em fevereiro de 2018.

“Com o adiamento do reajuste, os servidores atingidos deixarão de receber 60% de um mês de seus salários. Com o aumento da alíquota da contribuição previdenciária, há uma perda de cerca de 40% do salário. Ou seja, o servidor está perdendo um mês de salário”, sublinhou o jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap, Antônio Augusto de Queiroz.

Importante destacar que o ataque aos servidores aconteceu logo após o presidente golpista ter comprometido os cofres públicos com R\$ 32,1 bilhões em concessões e medidas para beneficiar os parlamentares do Congresso que o livraram de ser investigado pela Justiça.

“O pior é que, em 2019, o presidente eleito, dependendo de quem seja, pode voltar a alegar crise para promover um novo adiamento de reajuste e novas mudanças que atinjam aos trabalhadores”, comentou Antônio Queiroz.

Os representantes dos servidores devem entrar na Justiça contra as medidas. O diretor do Diap destacou que já existe uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que julgou inconstitucional o adiamento de reajuste de salário de servidores. O julgamento, ocorrido em 2016, foi referente a reajuste de servidores do estado do Tocantins. <<

Classe trabalhadora retoma as ruas em defesa de seus direitos

A classe trabalhadora voltou a ocupar as ruas do Brasil no dia 10 de novembro, durante o Dia Nacional de Paralisação. A ação, convocada pela CUT e demais centrais sindicais, teve como objetivo protestar contra as reformas trabalhista e previdenciária e contra a retirada de direitos trabalhistas promovidas pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Essa é mais uma etapa da agenda coletiva das centrais sindicais rumo à próxima greve geral, que ainda não tem data marcada.

Em Pernambuco, ocorreram mobilizações no Recife e cidades do interior como Garanhuns, Petrolina e Caruaru. A direção do Sindsep esteve presente ao ato na praça da Democracia, no Derby. Na ocasião, foi realizada uma assembleia em que todos os trabalhadores presentes votaram pela revogação da reforma trabalhista. Em seguida, os manifestantes saíram em caminhada até a Superintendência Regional do Trabalho (SRT), na Agamenon Magalhães, e ocuparam o prédio até o início da tarde.

“É de extrema importância a unidade de todos nesse momento. Enquanto massacra o trabalhador, esse governo está reduzindo o tamanho do Estado, para acabar com as políticas públicas e entregar os serviços a iniciativa privada que financiou o golpe. Estamos retomando as ruas para dizer não ao desmonte do Estado e a retirada de direitos trabalhistas”, observou o coordenador geral do Sindsep José Carlos de Oliveira.

Os diretores do Sindicato também participaram de atos realizados em alguns órgãos federais. Os administrativos da Superintendência Federal de Agricultura (SFA) realizaram um café da manhã no órgão e paralisaram as atividades. Os servidores do Inbra também fizeram um ato com café da manhã, na sua sede. Já os empregados da Ebserh promoveram um ato no Hospital das Clínicas em apoio ao Dia Nacional de Paralisação.

“Se eles acham que irão enfraquecer os sindicatos, estão muito enganados. Não vamos baixar nossas cabeças. Vamos nos unir mais ainda e lutar juntos contra todo esse desmando”, comentou o secretário geral do Sindsep, José Felipe Pereira.

A reforma trabalhista tem como único objetivo atender aos pleitos dos empresários. Ela rasga a CLT alterando uma série de artigos e acaba com a proteção ao trabalhador. Sindicatos de todo o país, incluindo o Sindsep-PE, estão colhendo assinaturas em apoio a um projeto de lei de iniciativa popular para anular os efeitos da reforma, que passou a valer desde o dia 11 de novembro. ◀◀



ATOS Trabalhadores ocuparam a sede do Ministério do Trabalho. Servidores da Agricultura, do Inbra e da Ebserh também protestaram

O QUE MUDA COM A REFORMA TRABALHISTA

- ▶ **Acordado sobre o legislado** – A reforma permite que o acordado entre patrões e empregados tenha força de lei
- ▶ **Imposto sindical** – Acaba com o imposto sindical, que equivale a um dia de trabalho por ano para cada trabalhador.
- ▶ **Férias** – Permite a divisão das férias em até três períodos.
- ▶ **Jornada diária** – A jornada diária poderá ser de 12 horas com 36 horas de descanso ou de dez horas diárias.
- ▶ **Intervalo almoço** – Empresas poderão negociar intervalos de almoço menores do que uma hora
- ▶ **Jornada Parcial e temporária** – A jornada do contrato parcial poderá subir das atuais 25 horas semanais permitidas para até 30 horas, sem possibilidade de horas extras.
- ▶ **Jornada Intermitente** – Passa a ser permitido o contrato para prestação de serviços com apenas algumas horas na semana ou em dias alternados
- ▶ **Terceirização** – Aprovada em 2017, permite que ela valha para qualquer função da empresa.
- ▶ **Gestantes e lactantes** – Poderão trabalhar em atividades insalubres
- ▶ **Demissão em acordo** – A lei cria um novo dispositivo jurídico: a demissão em comum acordo.
- ▶ **Salários** – Benefícios como auxílios, prêmios e abonos deixam de integrar a remuneração.